



Confederação Nacional da Indústria

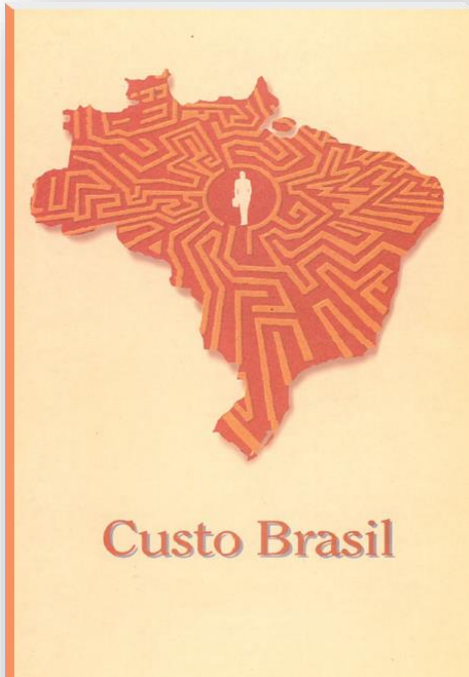
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CUSTO BRASIL

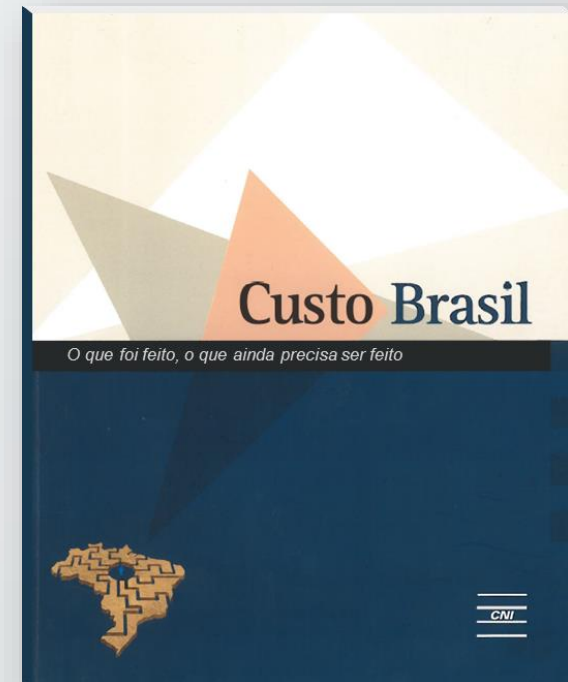
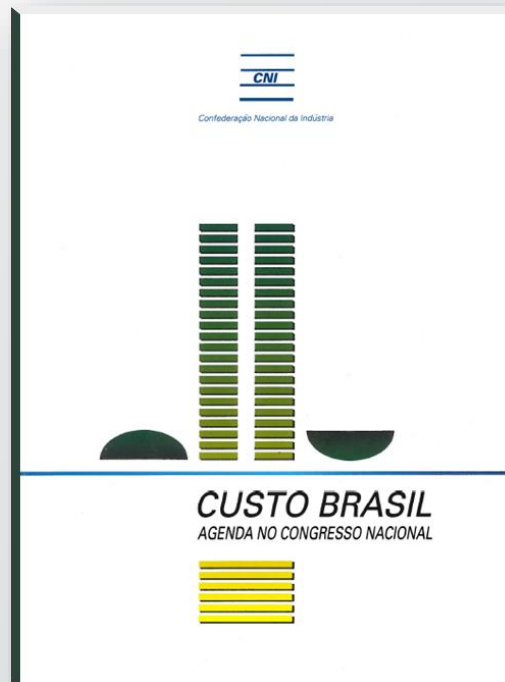
José Augusto Coelho Fernandes
Diretor de Políticas e Estratégia | CNI
Brasília, 27 de setembro de 2017

CUSTO BRASIL

21 anos



1996



1998

CUSTO BRASIL

1996



- Sistema tributário
- Encargos e legislação trabalhista
- Infraestrutura
- Custo e disponibilidade financeira
- Educação e Saúde
- Custo da regulamentação excessiva

1ª geração

2017



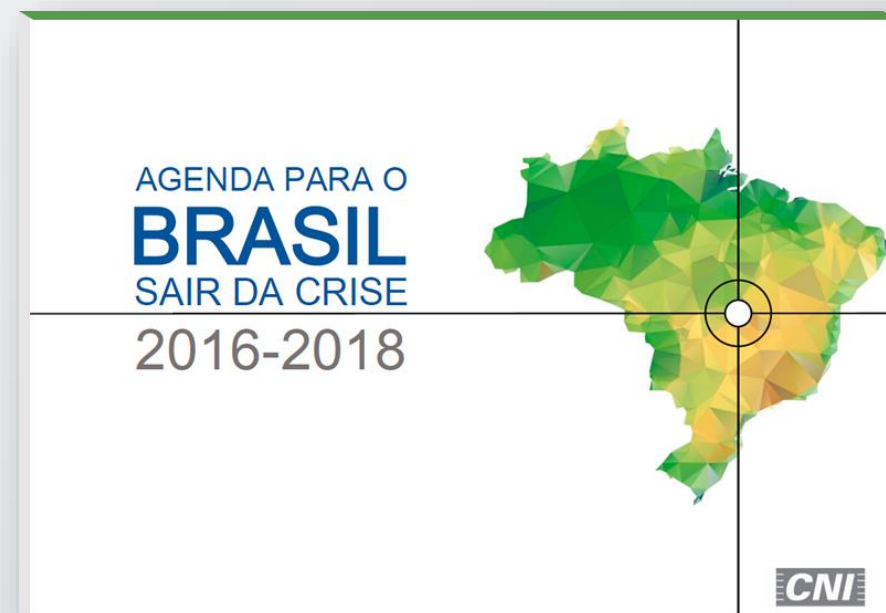
1ª geração

+

Segurança jurídica

2ª geração

A AGENDA RECENTE da CNI





29 propostas aprovadas



34 propostas em andamento



56 propostas sem avanço





7 propostas concluídas



22 propostas em evolução



7 propostas não evoluíram



NATUREZA DAS PROPOSTAS

Redução
de custos
regulatórios

Segurança e
melhoria do
ambiente de
negócios

Regras para
investimentos



Uma **REFORMA TRIBUTÁRIA** ampla é necessária para avanços substantivos na redução da complexidade e disfuncionalidade do sistema tributário. Há ações, no entanto, que podem ser realizadas via **redução das obrigações acessórias, garantia dos direitos contribuinte** e em ações localizadas sobre a operação do sistema tributário.

01. Simplificar as **obrigações acessórias**

- **Bloco K:** manter a exigência dos registros K200 e K280, conforme definido pelo Ajuste SINIEF 25/16, para empresas com faturamento anual acima de R\$ 78 milhões e avaliar a viabilidade da exigência de novos registros em conjunto com o setor industrial (avançando)
- Centralizar no **SPED** todas as obrigações contábeis e tributárias, de forma a eliminar a duplicidade entre os governos federal e estaduais – EFD IPI/ICMS (avançando)

02. Permitir a **compensação de créditos** entre tributos federais (PL 8456/17)

03. Restringir o uso da **Substituição Tributária no ICMS**

04. Ampliar os prazos de recolhimento de IPI e PIS-Cofins para adequá-los ao calendário de recebimento das vendas por parte dos contribuintes

05. Assegurar os direitos e garantias do contribuinte (PLS-C 298/11)

06. Reduzir o custo tributário do investimento



A aprovação da lei de **modernização** de **RELAÇÕES DO TRABALHO** foi um passo importante. O principal desafio reside em garantir a sua **implementação eficaz**.

RELAÇÕES DO TRABALHO

01. Implementar a **Reforma Trabalhista** de forma eficaz

02. Revisar os critérios que definem a base de cálculo para **contratação de aprendizes**

03. Fixar competência e critérios para os **atos de interdição e embargos**

04. Estabelecer a obrigatoriedade de dupla visita da **fiscalização do trabalho**

05. Continuar o **aperfeiçoamento da NR 12**, para que a norma contemple:

- Separação das **obrigações de fabricantes e de usuários**
- Incorporação no corpo da norma da **linha de corte temporal** (já presente em anexos negociados)
- **Revisão de pontos técnicos** específicos no corpo da norma
- Continuidade da **revisão de anexos** da NR 12



A **SEGURANÇA JURÍDICA** e a **REGULAÇÃO** são essenciais para a **atração do investimento privado**. Esses temas merecem uma agenda própria, não esgotada nestas propostas.

SEGURANÇA JURÍDICA E REGULAÇÃO

01. Priorizar as iniciativas e melhorias no processo de **desempenho do Brasil** no ranking do **Doing Business**

02. Disciplinar os procedimentos para **desconsideração da personalidade jurídica** (PLC 69/2014)

03. Garantir o processo de modernização e melhoria dos processos das **juntas comerciais**

04. Regular o acesso a dados (**Indústria 4.0**) (PLS 330/13)

05. Aprimorar a **Lei de Licitações** (PLS 559/13; na CD PL 6814/17)

SEGURANÇA JURÍDICA E REGULAÇÃO

06. Aprovar uma lei geral para as **agências reguladoras** (PL 6621/2016)

07. Simplificar o **licenciamento ambiental** (PL 3729/04)

08. Regular o reuso de **efluentes tratados** como **fonte alternativa de abastecimento de água** para o setor industrial

09. Ratificar o **Protocolo de Nagoya** (Mensagem 245/2012)



Os **MARCOS LEGAIS** mais relevantes para a atração do capital privado já foram aprovados. Ainda há alguns segmentos (ex. gás natural) com marcos pendentes. Nas áreas em que os marcos estão mais maduros o **desafio é a execução.**

01. Gás Natural – **Iniciativa Gás para Crescer** (minuta do PL na Casa Civil)

- A minuta do PL propõe alterações no marco legal do Gás Natural nos seguintes segmentos da cadeia de gás natural do Brasil: **oferta, transporte, distribuição e comercialização**
-

02. Privatização das Docas



Uma política consistente de **REDUÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO** é essencial para reduzir o custo do capital, mas há várias ações que podem ser desenvolvidas via modernização, inovação dos instrumentos e **aumento da competição**.

01. Melhorar as condições de **capital de giro** às empresas

- Programa de Financiamento de Capital de Giro (recursos do **Progeren/BNDES** repassados por bancos e por meio FDICs)
- Aprofundar ações para **reduzir spread bancário**
- Aprimorar o sistema de **cobrança de crédito** e **execução de garantias**
- Ampliar os mecanismos de **garantia** e **seguro de crédito**

02. Estimular a ampliação do **financiamento privado** de longo prazo

- Estimular a expansão de novos instrumentos de **financiamento não-bancário**
- Estimular o desenvolvimento de **Fintechs**



Depende criticamente da melhoria do sistema tributário por conta do viés anti exportação do atual sistema. Deve-se priorizar **ACORDOS COMERCIAIS** e a implementação de medidas de **FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO**.

COMÉRCIO EXTERIOR

01. **Negociar novos ALCs** (Acordos de Livre Comércio) e aprofundar e expandir os já existentes

02. Garantir a implantação do **Portal Único de Comércio Exterior** em 2017

03. Simplificar a legislação de **preços de transferência**

04. Simplificar e aprimorar a legislação de **tributação de lucros no exterior**

05. **Negociar novos ADTs** (Acordos de Dupla Tributação)

COMÉRCIO EXTERIOR

06. Criar seguro de crédito para risco político de **investimentos brasileiros** no exterior

07. **Ampliar a aceitação**, nas operações de admissão temporária, de **ATA Carnets** emitidos sob amparo da Convenção ATA (1963)

08. **Regulamentar procedimentos** dos órgãos anuentes para operações de **ATA Carnet**

09. **Aperfeiçoar regime de “drawback”**, em especial a operacionalização de “drawback” contínuo

10. Excluir o custo da descarga nacional de mercadoria no **Imposto de Importação**

COMÉRCIO EXTERIOR

11. Regular o **SISPROM** para serviços relacionados a adequação a **barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias**

12. Implantar o **certificado sanitário internacional digital** (e-phyto) com os Estados Unidos

13. Regular o novo “**waiver**” para cargas **Ro-Ro** e “**break bulk**” para o **Chile**, autorizado pela CAMEX

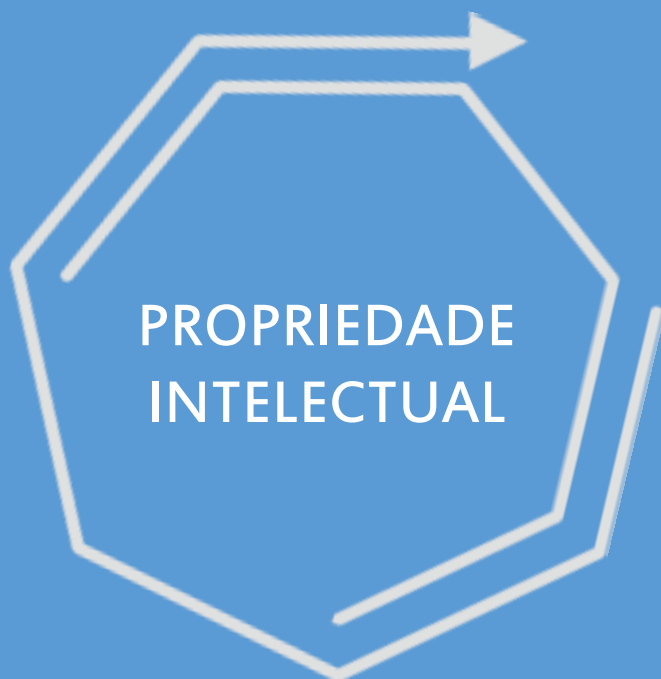
14. Regular a **destruição de embalagens de madeira** em desconformidade com a norma brasileira

15. Regular a prática de **omissão de embarque** e gerar estatísticas de omissões pelos armadores brasileiros e estrangeiros

16. Integrar o **SISCARGA** com os sistemas dos armadores para evitar cobrança de tarifa de pesagem de contêiner

17. Consolidar as **normas infralegais** do comércio exterior

18. Revisar e modernizar o sistema de **licenciamento de importações**



A capacidade de o Brasil inovar exige um adequado sistema de **PROPRIEDADE INTELECTUAL**. A eliminação estrutural dos atrasos no exame de patentes depende da **reestruturação do INPI**.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

01. Reestruturar o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (INPI)

02. Aderir ao **protocolo de Madri**



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA